Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br



A força feminina na política do DF

Eleitas para cargos de destaque, quatro aliadas da direita têm trajetórias e estratégias próprias para governar e legislar pelos próximos anos. Especialistas analisam os limites da representatividade e a influência das pautas de cada uma delas

» ANA CAROLINA ALVES

Ed Alves/CB/D.A Press



Damares Alves (Republicanos), eleita em 2022, Bia Kicis (PL), Michelle Bolsonaro (PL) e Celina Leão, eleitas em 2026, atuaram em conjunto na campanha deste ano

O Distrito Federal terá, nos próximos anos, quatro mulheres em posições de destaque na política: a governadora Celina Leão (PP) e as senadoras Damares Alves (Republicanos) — eleita em 2022, Bia Kicis (PL) e Michelle Bolsonaro (PL) — eleitas neste ano. Aliadas do mesmo grupo político, elas atuaram em conjunto durante a campanha eleitoral de 2026 e saíram vitoriosas das urnas. O **Correio** conversou com as parlamentares eleitas e especialistas para analisar o cenário político do DF e entender os desafios e as responsabilidades que cercam a participação das mulheres na política.

Celina Leão afirmou que seu governo será marcado pela sensibilidade, presença, escuta e ação. "Quando uma mulher é desafiada, ela está pronta. Nós fizemos isso nesses cinco meses de governo, abrimos a Casa da Mãe Atípica, estamos atendendo as crianças neurodivergentes com convênio com a Apae, abrimos o segundo Centro TEA (transtorno do espectro autista). Agora, queremos lançar o maior programa de capacitação para as mulheres", destacou.

O acolhimento da população em situação de rua foi outro ponto levantado pela governadora reeleita. "O nosso governo tem presença, acolhimento e cuidado com as pessoas que estão em situação de rua. Desenvolvemos espaços públicos para a população, transferimos o Centro Pop da Asa Sul. Tem muita entrega para cinco meses e vamos continuar trabalhando, no mesmo ritmo de trabalho, mas sempre com muita presença e sensibilidade", disse.

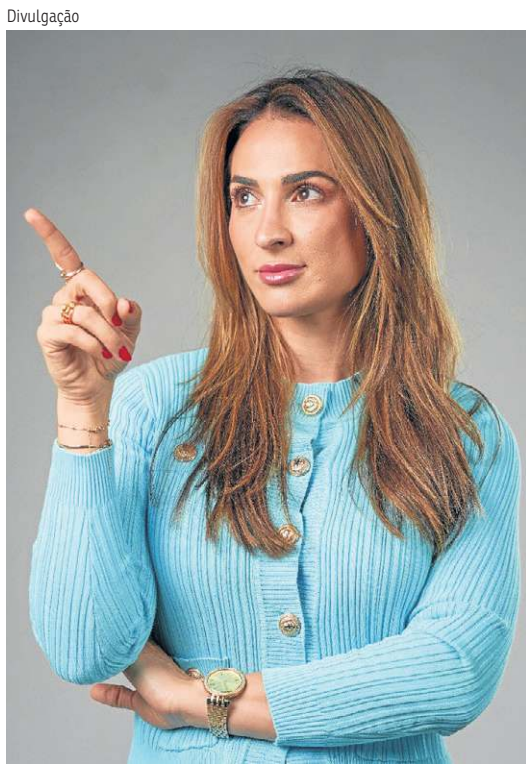
Na visão da senadora Damares Alves, a defesa das mulheres, das crianças, da família e dos mais vulneráveis devem estar acima de qualquer disputa partidária e guiam sua vida pública. "No Senado, minha atuação é guiada por uma convicção muito clara: a política precisa chegar à vida de quem mais precisa", ressaltou.

A parlamentar enfatizou que têm orgulho de fazer parte de um grupo de "mulheres fortes, preparadas e comprometidas com o Distrito Federal". "A governadora Celina Leão e as senadoras Bia Kicis e Michelle Bolsonaro têm suas próprias trajetórias, experiências e prioridades, mas compartilhamos o compromisso de trabalhar por uma sociedade mais justa, segura e com mais oportunidades para as mulheres e suas famílias", assinalou.

Damares acrescentou que a liderança feminina que se fortalece na capital federal demonstra que "mulheres podem ocupar os mais importantes espaços de poder sem abrir mão de seus valores, de sua sensibilidade e, principalmente, do compromisso de transformar a realidade das pessoas".

Além da governadora e das senadoras eleitas, o DF pode ter mais uma mulher em um cargo político de destaque. A candidata a deputada federal Mariana Naime (PL) foi a mulher mais votada para a Câmara dos Deputados no DF, com 67.218 votos, mas não conquistou uma cadeira devido ao sistema proporcional. Caso algum dos deputados eleitos se licencie, Mariana poderá ocupar a vaga e se tornar a única mulher na bancada federal do DF, que elegeu somente homens.

Divulgação



Mariana Naime, suplente do PL, foi a mulher mais votada para a Câmara dos Deputados

Votos recebidos

2026

Celina Leão (PP)
987.142 (57,18%)
(2º turno)

Michelle Bolsonaro (PL)
938.496 (29,05%)

Bia Kicis (PL)
886.616 (27,44%)

Mariana Naime (PL)
67.218

2022

Damares Alves (Republicanos)
714.562 (44,98%)

Representatividade

Mestre em ciência política e doutoranda do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB), Evelyn Apolinária ressaltou que a literatura tende a ser cautelosa sobre um "estilo feminino" de governar, uma vez que essa ideia pressupõe que as mulheres formariam um bloco homogêneo. "O caso do DF ilustra bem isso. A bancada do Senado será toda feminina, mas não plural em perspectivas. Isso reforça que presença feminina e diversidade de visões de mundo entre mulheres são coisas distintas. Há, sim, padrões descritivos: mulheres tendem a ser mais associadas a áreas como saúde, educação e assistência social. Mas isso reflete em parte a forma como as carreiras e os espaços de poder são distribuídos, e não uma característica natural", destacou.

Evelyn enfatizou que a presença feminina na política impacta na representação chamada de descritiva — ter mulheres nos cargos —, e substantiva — essas mulheres atuam em pautas de interesse das mulheres, e mesmo nessas há divergências ideológicas. "A primeira não garante a segunda. O efeito depende de acesso a posições de comando (presidência de comissões, lideranças) e de organização suprapartidária. Sobre a forma de decidir, as diferenças atribuídas ao gênero são mais fracas do que se imagina e variam muito conforme o contexto institucional", explicou.

A especialista ressaltou que mulheres em cargos de poder costumam ser avaliadas por critérios adicionais em relação aos homens, como aparência, tom de voz, vida familiar e conjugal. "No Brasil, esse fenômeno ganhou nome jurídico com a Lei nº 14.192/2021, que tipifica a violência política contra a mulher. Essa violência inclui ataques à reputação, à imagem e à capacidade intelectual, muitas vezes com conteúdo sexista, e funciona como mecanismo de desencorajamento da participação feminina", alertou.

O efeito desse fenômeno na atuação das mulheres varia, segundo Evelyn. "De um lado, as mulheres tendem a investir mais tempo na gestão da própria imagem e na preparação para provar a própria competência. De outro, essa exposição pode afastar potenciais candidatas e reduzir a renovação feminina na política", destacou.

Pluralidade

No caso do grupo eleito no DF, apesar de fazerem parte do mesmo grupo político, isso não determina uma atuação uniforme, uma vez que cada uma delas deve procurar adaptar suas bandeiras às oportunidades e aos limites de espaço em que atuam, explicou Talita Mello, cientista política na BMJ Consultores. "Celina Leão exerce o poder principalmente pela articulação política e pela gestão do governo do DF. A senadora Damares combina a atuação parlamentar com a defesa de pautas associadas à família, à infância e à religião. Bia Kicis desenvolveu sua imagem política na Câmara dos Deputados e deve levar sua atuação vinculada à agenda da direita e à mobilização de bases conservadoras ao Senado. Michelle Bolsonaro construiu uma imagem forte como liderança partidária, envolvendo capacidade de comunicação pública e de mobilização de grupos religiosos, mas, principalmente, das mulheres", ressaltou.

A especialista explicou que, no caso das figuras que representam o DF, existe uma combinação entre a conquista de espaços institucionais historicamente ocupados por homens e a defesa de um projeto político conservador. "Essas lideranças ampliam a visibilidade feminina em espaços de decisão, mas o alcance disso depende das pautas que defendem, dos grupos que representam e dos efeitos de sua atuação sobre a participação política e os direitos das mulheres. Não há uma única forma de representação feminina, visto que mulheres de diferentes campos ideológicos podem defender projetos distintos e até conflitantes para a sociedade", disse.

Talita detalhou que a associação entre a liderança feminina e o conservadorismo permite que essas mulheres construam uma imagem pública que combine a ocupação de espaços de poder com a defesa de valores tradicionalmente associados à família e à religião. "Enquanto Celina se apoia mais diretamente na experiência administrativa e na articulação institucional, Damares enfatiza a defesa de pautas morais e religiosas, Bia Kicis se destaca pela identificação com o bolsonarismo, e Michelle investe na mobilização simbólica e política de mulheres conservadoras. Essas diferenças mostram que a identidade conservadora não produz um único modelo de liderança", apontou. "Essa perspectiva permite analisar essas lideranças sem presumir que a presença de mulheres no poder seja, por si só, sinônimo de avanço feminista, nem desconsiderar a relevância de sua participação na ampliação da visibilidade feminina na política", completou.

Adriano Cerqueira, cientista político e professor do Ibmec BH, avaliou que as parlamentares defebdem pautas conservadoras, mas se organizam de maneira mais independente do que as lideranças da esquerda: "Na direita, a coisa é mais orgânica, mais individualizada, mais fragmentada". Segundo ele, a defesa da família, a maternidade, a posição contrária ao aborto e a religiosidade aproximam as quatro lideranças que compartilham o protagonismo feminino na política.

Para o analista, as quatro mulheres têm força política própria e capacidade de defender pautas específicas, sem necessariamente se limitar às prioridades do grupo ao qual estão ligadas. Ele cita Michelle como exemplo de liderança que busca consolidar seu espaço e reivindicar maior protagonismo político. "As quatro, no meu entendimento, têm um perfil muito forte em termos de ação política, têm uma personalidade muito forte e tendem, então, a liderar questões específicas", avaliou. Celina, por ocupar o cargo de governadora, tem uma atuação diferente das demais, que podem se concentrar em agendas mais delimitadas. "Isso vai exigir dela uma maior capacidade de negociação e acomodação", observou.

Na avaliação do cientista político, a associação entre liderança feminina e conservadorismo é central para a imagem pública das quatro. "Eu acho que elas têm, sim, muita confluência enquanto lideranças femininas que reforçam a importância da religião, da família e da proteção das crianças", acrescentou.